Muito se debateu durante o processo de elaboração e aprovação da atual Lei Orgânica da PGE sobre a conveniência da opção então desenhada de integrar a ATL à nossa estrutura institucional. Houve quem vislumbrasse o risco de redução da importância do órgão, que, sem dúvida, sempre desempenhou um papel de excelência no assessoramento do Governador em suas competências legislativas.

O receio era de que, não mais ostentando o status de órgão complementar da PGE, vinculado à Secretaria da Casa Civil, as atribuições desempenhadas pela ATL fossem então apropriadas por outros atores da Administração, invadindo prerrogativa dos Procuradores do Estado em questões jurídicas de grande relevância.

Tendo assumido a honrosa missão de chefiar a dita “nova ATL”, pude constatar, já nos primeiros meses desse grande desafio profissional, que o temor era mesmo infundado. Muito ao contrário, o que tenho vivenciado me permite enxergar uma efetiva oportunidade de fortalecimento, em especial pela atuação integrada com os demais setores da PGE, assegurando que os encaminhamentos tomem por base a orientação jurídica estabelecida institucionalmente.

Outro ganho inegável foi a concentração de esforços da equipe nas matérias que efetivamente demandam análise jurídica e técnico-legislativa. A partir da edição da Resolução Conjunta CC/PGE 01/2016 ficou claramente delimitada a segregação entre o suporte técnico-administrativo à Casa Civil, a cargo da Assessoria Técnica daquela Pasta (ATeCC), e, de outro lado, o assessoramento jurídico ao Governador no que concerne ao exercício das funções legislativas e normativas a ele outorgadas constitucionalmente, prerrogativa da ATL como órgão integrante da estrutura institucional da PGE. Ou seja, atualmente estão sob a responsabilidade da ATL apenas atividades jurídicas stricto sensu, consubstanciadas na análise dos projetos de iniciativa do Chefe do Executivo (anteprojetos) e nos exames de autógrafos, fornecendo elementos ao Governador para sanção ou elaborando o veto de proposituras. Já as atividades que não demandam análise jurídica, tais como a consolidação do Relatório de Atividades da Administração Estadual, a apresentação de respostas a Requerimentos de Informação, e outras ações de apoio operacional, foram alocadas à ATeCC.

A partir de 2017, a ATL assume a atribuição de elaborar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade de diplomas estaduais interpostas perante o STF, originalmente sob a responsabilidade da Procuradoria Administrativa, bem como a preparação das informações do Governador nas ADIs interpostas por outros

legitimados, além da elaboração dos decretos regulamentares, anteriormente a cargo da AJG. Existe uma evidente sinergia entre tais atividades e aquelas já desempenhadas pela ATL. Por um lado, os aspectos de constitucionalidade das proposições parlamentares, avaliados pela ATL na fase de exame dos correspondentes autógrafos e, em especial, na elaboração dos vetos, contemplam os insumos necessários para a atuação nas ADIs, e, por outro, os aspectos relacionados à regulamentação podem ser melhor delimitados na fase de elaboração das leis.

Também passa a competir à ATL a elaboração da manifestação do Procurador Geral do Estado, atualmente realizada pela Subprocuradoria da Área do Contencioso, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade de diplomas estaduais e municipais contestados em face da Constituição do Estado, defendendo o ato no que couber, conforme preconiza o § 1º do artigo 90 da Carta Bandeirante.

A otimização da nossa força produtiva, com o estabelecimento de processos de trabalho mais racionais e efetivos, tem sido a tônica da PGE e, com mais razão, deverá ser a diretriz no cenário atual. Aliado à excelência do trabalho e ao comprometimento dos nossos colegas, esse esforço se traduz em ganhos concretos para o Estado. Constitui exemplo emblemático o resultado obtido em sede de Agravo de Instrumento interposto pela Procuradora do Estado Maria Rita de Carvalho Melo, publicado nesta edição do Boletim do CE, evitando desembolso vultoso – e potencialmente descabido – pelo DER para imissão na posse de área expropriada para a implantação do Trecho Norte do Rodoanel Metropolitano de São Paulo.

Outro excelente trabalho selecionado para esta edição é o estudo elaborado pelo colega José Renato Rocco Roland Gomes, que analisa o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas previsto no novo Código de Processo Civil, detalhando sua natureza, alcance, processamento e efeitos, oferecendo, assim, importantes insumos para a completa compreensão do instituto.

Por fim, o parecer da Procuradoria Administrativa, como de costume, enfrentou tema de grande relevância à Administração. Neste número, o parecer PA nº 52/2016 analisou o termo inicial do prazo para que se proceda à invalidação administrativa dos atos de aposentadoria e concluiu que a contagem do prazo decadencial se inicia a partir da publicação do ato de aposentamento, mantendo-se, dessa forma, a orientação anteriormente exarada pelo Parecer PA nº 273/2004.

Boa leitura!

CLAUDIA POLTO DA CUNHA

Procuradora do Estado Assessora Chefe
Assessoria Técnico-Legislativa da PGE